

BO LIDEGAARD

Compatriotas

*Como os judeus da Dinamarca fugiram
dos nazistas e o surpreendente papel da SS*

Tradução
Luiz A. de Araújo



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2013 by Bo Lidegaard

Esta tradução foi publicada em acordo com Alfred A. Knopf, um selo do grupo Knopf Doubleday, uma divisão da Random House, Inc.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original
Countrymen

Capa

Preparação Luciana Araujo

Índice remissivo

Revisão
Carmen T. S. Costa
Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lidegaard, Bo
Companhia : Como os judeus da Dinamarca fugiram dos nazistas e o surpreendente papel da SS / Bo Lidegaard ; tradução Luiz A. de Araújo. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

Título original: *Countrymen*
ISBN 978-85-359-2568-5

1. Dinamarca - História - Ocupação alemã 1940-1945 2. Holocausto judeu (1939-1945) - Dinamarca 3. Judeus - Dinamarca - História - Século 20 4. Judeus - Perseguição 1. Título.

15-01954 CDD-940.5 3489

Índice para catálogo sistemático:

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Nota do autor: o nascimento de um mito.....	11
Árvore genealógica.....	13
Prólogo.....	14
1. DOMINGO, 26 DE SETEMBRO: O último dia do passado.....	21
2. SEGUNDA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO: Em casa	79
3. TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO: A mensagem	86
4. QUARTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO: A partida	93
5. QUINTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO: A fuga	125
6. SEXTA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO: A ação	149
7. SÁBADO, 2 DE OUTUBRO: A transferência	180
8. DOMINGO, 3 DE OUTUBRO: Ystad	229
9. SEGUNDA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO: A aldeia de Ruds Vedby	259
10. TERÇA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO: Para o norte	278
11. QUARTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO: Gilleleje	304
12. QUINTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO: A esperança	330

13. SEXTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO: A praia de Smidstrup	354
14. SÁBADO, 9 DE OUTUBRO: Realidades	366
Epílogo.....	399
<i>Notas</i>	411
<i>Bibliografia</i>	427
<i>Crédito das imagens</i>	433
<i>Índice remissivo</i>	435

1. Domingo, 26 de setembro

O último dia do passado

MANHÃ DE DOMINGO NO PALÁCIO DE SORGENFRI

Domingo de manhã caiu uma chuva forte, e isso não foi um bom presságio. Os bondes passavam com bandeirinhas comemorativas do aniversário do rei. Mas o velho monarca não cavalgou pelas ruas da Copenhague ocupada como era seu hábito matinal desde o início da ocupação alemã, num sinal de normalidade e desafio. Depois de um acidente equestre no ano anterior e de seu confinamento mais ou menos voluntário no Palácio de Sorgenfri, a residência de verão da família real alguns quilômetros ao norte de Copenhague, Cristiano x deixara de comparecer às celebrações usuais. Era visto por muitos como a personificação da esperança. Esperança de liberdade e esperança de recobrar a dignidade atraíçoada quando a Dinamarca decidiu não lutar de verdade contra o ataque alemão no dia 9 de abril de 1940. De algum modo, o rei havia conseguido se apartar da política corriqueira, muito embora apoiasse lealmente todas as medidas tomadas pelos políticos eleitos no tocante à administração do país ocupado e achasse conveniente dissuadir o povo de recorrer à resistência armada e à sabotagem. Agora Cristiano era o epítome da atitude popular: sim, nós nos curváramos perante a ocupação. Mas não nos sujeitáva-

mos. E, por trás da cordialidade formal entre a potência ocupante e a nação ocupada, tanto o rei quanto o povo mostravam seu desprezo através da rejeição silenciosa — apelidada de “cara amarrada” — para que os invasores não fossem tratados como hóspedes.

O soberano podia se recordar de dez anos difíceis. E as perspectivas futuras eram ainda mais desalentadoras. Só havia um ponto luminoso: o país continuava unido. Não foi assim nos anos em que a Primeira Guerra Mundial assolou a Europa e a Dinamarca lutou para conservar a neutralidade e ficar longe da destruição da guerra. Os partidos políticos estavam profundamente divididos, mas o país conseguiu manter uma delicada neutralidade, comerciando com os dois lados. Em consequência do conflito, o rei viu monarquias caírem em toda a Europa; o tsar russo, o cáiser alemão: ambos amigos e parentes. E o que os substituiu? Revoluções e agitação social. A Dinamarca também esteve à beira da revolução por volta da Páscoa de 1920, mas o líder do Partido Social-Democrata, Thorvald Stauning, interveio e estabilizou a situação. Posteriormente, Stauning foi primeiro-ministro, governando com mão firme a partir de 1929, e dirigiu o país nos anos críticos em que a depressão arrasava a economia mundial e a tempestade nazista se armava ao sul da fronteira. Durante a ocupação, Stauning conseguiu manter os partidos políticos tão unidos que as forças alemãs não puderam dividir para governar. Mas, em maio de 1942, o primeiro-ministro de 68 anos morreu esgotado e deprimido. Mesmo assim, os políticos continuaram unidos e assim ficaram até mesmo depois de 29 de agosto de 1943, quando o governo renunciou. Esse era o ponto luminoso: a unidade.

A DINAMARCA E O NAZISMO

Desde o início, o governo dinamarquês ficou profundamente perturbado com a onda nazista a crescer na vizinha Alemanha. A sensação de mal-estar aumentou ainda mais quando Hitler tomou o poder, em 1933, e o antisemitismo se declarou francamente em toda parte. O governo de coalizão de centro-esquerda optara cedo por uma linha cautelosa, procurando evitar toda ação que, bem ou mal, provocasse o cada vez mais ameaçador Terceiro Reich de Hitler. O governo se calava tanto quanto possível e incentivava os cidadãos

danezes a fazerem o mesmo. O melhor era não dar aos nazistas o menor pretexto para agir contra a Dinamarca neutra. Ao mesmo tempo, a coligação entre o pequeno Partido Liberal do Centro e o imenso Partido Social-Democrata estava decidida a tudo fazer para impedir o que eles temiam ainda mais do que a Alemanha: que o totalitarismo se arraigasse na sociedade dinamarquesa. Desde o começo, o governo entendeu que era muito íntima a relação do nazismo com o comunismo e o fascismo e que os três se opunham frontalmente não só à democracia como aos valores humanísticos que alicerçavam a sociedade democrática. Por esse motivo, iniciou uma poderosa mobilização política e moral destinada a galvanizar o povo dinamarquês contra as ideologias totalitárias e unir o país em torno à governança democrática e aos ideais humanitários como a própria essência da comunidade nacional.

Na sua avaliação, a tomada do poder pelos nazistas em Berlim se devia particularmente ao fato de eles terem conseguido fazer do nazismo um sinônimo da recuperação da Alemanha do desastre humano e social da Primeira Guerra Mundial e do combate às cláusulas humilhantes impostas pelas potências vitoriosas na Conferência de Versalhes. Mobilizando o patriotismo a seu favor, o Partido Nazista assumiu o comando de uma grande força nacional e legitimou sua tomada do controle das instituições da sociedade. Os políticos daneses queriam evitar a qualquer preço que algo parecido acontecesse na Dinamarca. A estratégia consistia em reverter o mecanismo a fim de mobilizar as forças patrióticas para a defesa da democracia. Isso também privaria o Partido Nazista dinamarquês da possibilidade de se apresentar como uma alternativa patriótica ao “fraco” e “indeciso” governo democrático.

Seguindo essa lógica, a partir de 1933, a retórica política do Partido Social-Democrata começou a vincular deliberadamente o “dinamarquês” ao “democrático” — usando-os como sinônimos. Assim, ser um bom patriota dinamarquês equivalia a resistir a ideias totalitárias e defender o governo representativo, a democracia e o humanismo. Os social-democratas argumentavam que a plataforma política patriótica era demasiado contundente para que a deixassem para a extrema direita, e, pouco a pouco, sua estratégia obrigou tanto os Conservadores quanto o Partido Agrário, as principais agremiações oposicionistas, a enfrentarem forças antiparlamentares no interior dos seus próprios movimentos políticos.

A questão dos judeus se encaixava precisamente nesse pensamento. Apesar

sar do cauteloso apaziguamento da Alemanha nazista, em breve ficou claro para o governo danês que ali havia uma linha que não se podia transpor: para a Dinamarca, passar a diferenciar os israelitas dos outros cidadãos seria traer um pilar fundamental da sua democracia — e, portanto, do que era “dinamarquês”. Pela ótica do governo, não havia “questão judaica” no país. Toda conversa sobre tal questão provinha de gente disposta a criar problema — e com um fim específico. Por certo, o preconceito contra os judeus aparecia de vez em quando na Dinamarca, assim como o antisemitismo desfaçado. Porém, quanto mais a discriminação e a perseguição aos israelitas se tornava endêmica na Alemanha, mais fortemente reagia o governo dinamarquês para impedir que o racismo lançasse raízes no país.

O governo colaborava com a oposição democrática na rejeição a todas as tentativas de introduzir o antisemitismo na vida política ou de tornar geralmente aceitável qualquer referência a um “problema judeu”. Assim, em março de 1938, quando o deputado conservador Victor Pürschel, um notório simpatizante do nazismo, observou durante um debate parlamentar que, “afinal de contas, a Dinamarca é a pátria dinamarquesa, e nós é que somos os primeiros a ter direito de estar aqui”, suas palavras suscitaram uma reação vigorosa. Desnudando de forma impiedosa o vazio da retórica de Pürschel, o orador social-democrata ampliou a perspectiva para demonstrar que, ao contrário de defender os bons valores daneses, Pürschel estava “no processo de injetar o antisemitismo e o casco fendido do nazismo no debate político”. A moção de Püschel foi derrotada e a frente comum contra o nazismo ficou reforçada.

Depois da Noite dos Cristais, em 9 de novembro de 1938, quando se sistematizou a violência antijudaica na Alemanha, o ministro da Justiça Karl Christian Steincke introduziu uma disposição legal contrária a “quem quer que, espalhando falsos boatos ou acusações, persiga ou incite o ódio contra um segmento da população dinamarquesa em virtude de sua fé, genealogia ou nacionalidade”. Quando a oposição questionou a necessidade daquela “lei judaica”, o ministro da Justiça, na tribuna, citou *Mein Kampf* de Hitler, assim como a denúncia explícita da democracia por parte do dr. Goebbels: “Vocês não podem dizer que não foram avisados nem que não sabem do que se trata”, assinalou, argumentando a favor da criminalização do racismo. Sua proposta foi adotada, e o código penal passou a banir efetivamente a propaganda antis-

semita na Dinamarca, não só até a invasão alemã como também, notavelmente, durante a ocupação.¹

POR TA FECHADA PARA OS REFUGIADOS

Até 1937, os refugiados judeus, bem como os outros estrangeiros, podiam entrar livremente na Dinamarca e lá ficar até três meses se fossem capazes de se sustentar ou tivessem quem os sustentasse. A permanência podia ser prorrogada sem grandes dificuldades desde que eles não solicitassem visto permanente ou permissão de trabalho — que geralmente eram recusados mesmo no caso de pessoas que estavam no país havia muito tempo. A partir de 1937, quando se intensificou a perseguição aos israelitas na Alemanha, a Dinamarca, como a maior parte dos outros vizinhos da Alemanha, endureceu os procedimentos, barrando na fronteira a entrada dos refugiados judeus. Os poucos que conseguiam entrar no país tinham um prazo curtíssimo para arranjar outro local de exílio. Em geral, o principal objetivo da política dinamarquesa de refugiados, de 1933 a 1938, foi impedir os judeus e os demais refugiados de obter visto permanente no país — e, a partir do verão de 1938, simplesmente impedir os de entrar. Isso aconteceu em larga escala, e poucos perseguidos encontraram um porto seguro na Dinamarca. Mas havia brechas, e, apesar das restrições, chegaram mais 5 mil refugiados alemães, pouco menos da metade dos quais ainda estava no país quando a Dinamarca foi ocupada, inclusive uns 1500 refugiados judeus. Entre eles, havia 265 adolescentes de catorze a dezesseis anos de idade, conhecidos como filhos de Aliá, e 377 jovens ligados ao movimento sionista e interessados em educação agrícola para a posterior migração para a Palestina.

A política de imigração restritiva do governo às vezes é interpretada como uma reação ao medo ao antisemitismo crescente e aos avanços nazistas na Dinamarca. Isso influenciou, sem dúvida, e também estava por trás do apoio a essa política por parte de organizações judaicas dinamarquesas, que tomaram uma atitude já conhecida nos outros países limítrofes com a Alemanha nazista. Após a Noite dos Cristais, as discussões na Comissão de Política Externa do parlamento danês revelaram “unanimidade em que seria deplorável se a acolhida a refugiados servisse de base para o antisemitismo”. É mais provável que

mais persuasivo tenha sido o simples fato de os políticos, numa época de turbulência social, não quererem a influência de refugiados socialmente expostos. Era uma questão de ordem social, e os políticos se opunham muito à entrada de quem não lhes parecesse economicamente independente e pudesse aumentar o desemprego no país, já elevado de modo catastrófico.

Com o tempo, desenvolveu-se um argumento mais conveniente para apoiar a política de imigração cada vez mais restritiva: a solução do problema dos refugiados tinha de ser encontrada alhures. A Dinamarca até se dispunha a dar apoio financeiro a esse esforço: por exemplo, numa “zona segura”, caso algum país a oferecesse. Uma atitude aparentemente simpática, mas que de nada serviu para os muitos refugiados desesperados por sair da Alemanha nazista, que “incentivava” a emigração da população judia.

Portanto, a Dinamarca não oferecia muito espaço a israelitas ou outros perseguidos pelo nazismo. Fazia tempo que o governo desistira de tentar se contrapor aos desdobramentos ominosos ao sul da fronteira e se concentrava unicamente na sobrevivência da nação dinamarquesa. Steincke sintetizou o paradoxo em abril de 1937: “Nós não queremos ser desumanos nem nos atrevemos a ser humanos por medo das consequências”. Isso se refletiu na comunidade judia, que, sob a forte pressão da situação, respaldou a política restritiva de refugiados e nunca se comprometeu abertamente a apoiar a minoria de ativistas que reivindicavam a acolhida de muitos judeus alemães e austríacos no país. A comunidade tomou algumas iniciativas benéficas discretas para mitigar as circunstâncias dos israelitas alemães e austríacos, assim como procurou conseguir permissão de trabalho para os refugiados judeus que já se encontravam na Dinamarca para que, a longo prazo, eles não tivessem de ser sustentados pela assistência financeira dos membros mais abastados da comunidade.

Reagindo ao agravamento do problema dos refugiados na Europa, 32 países se reuniram numa conferência realizada em Évian-les-Bains, em julho 1938, por iniciativa do presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt. Todos concordaram que era preciso fazer alguma coisa com urgência — e que, de preferência, essa alguma coisa fosse feita por qualquer um menos eles. (Reflete-se no espírito da conferência o fato de o representante australiano haver de-

clarado que, como a Austrália não tinha problemas raciais, obviamente não queria importar nenhum.) Apesar das muitas belas palavras, a conferência de Évian não achou nenhuma solução nem propôs procedimentos comuns no tocante a refugiados e asilo. Quanto à Dinamarca, seu principal esforço na conferência — à parte não chamar a atenção — foi evitar qualquer “provocação” na forma de crítica direta à Alemanha e a sua manifesta perseguição aos judeus e a outras minorias. De volta à Dinamarca, Steincke chegou a se sentir obrigado a tranquilizar o público dizendo que ele não deixara espaço para que um único judeu atravessasse a fronteira danesa. Mas não havia necessidade de tanta preocupação. O principal fluxo de refugiados não rumava para o Norte, e, em 1940, menos de 6 mil israelitas se haviam exilado nos três países escandinavos.²

Não obstante, concebia-se o problema como um entre muitos. Havia mais de 1 milhão de judeus na Alemanha e na Áustria. Quantos desses infelizes a Dinamarca podia e devia acolher? A apatia em face do desastre não fez senão aumentar com os números, e, tal como os outros países, a Dinamarca virou as costas para o problema e reforçou o controle da imigração na fronteira.³

“NÓS” E “ELES”

No confinamento do Palácio de Sorgenfri, o rei Cristiano teve tempo de sobra para refletir sobre seu encontro com Herr Hitler. Quando viajou pela Alemanha em 1937, ele pernoitou em Berlim, decidido a discutir diretamente com o chanceler alemão a questão precária da fronteira dano-germânica. Mas o ministro das Relações Exteriores Peter Munch, que também era o líder do Partido Liberal do Centro, aconselhou-o a não interferir nesse tema altamente político. Assim, conforme as anotações particulares de Cristiano, sua conversa com Hitler girou sobretudo em torno de questões menos controversas, como “o desempenho dos dinamarqueses nos Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, e a educação física da juventude em geral.

À medida que a Alemanha se tornava mais ameaçadora, a segurança da Dinamarca pressionava cada vez mais. A coação vinha de fora e de dentro. Os quatro partidos democráticos que constituíam o centro de gravidade da política dinamarquesa não tinham confiança nos comunistas nem nos nazistas

locais. Nenhum dos dois era considerado um partido democrático genuíno, pelo contrário, ambos eram vistos como uma quinta coluna com estreitos vínculos com Moscou e Berlim respectivamente. Por essa razão, o governo procurava refrear o crescimento e os atrativos desses movimentos totalitários tanto mediante a legislação quanto por meio de uma abrangente mobilização ideológica e política a favor da democracia. Não foi por coincidência que, na metade da década de 1930, enfrentando a crise mundial e o apoio crescente ao comunismo, o fascismo e o nazismo na maioria dos países europeus, o primeiro-ministro Thorvald Stauning se recandidatou baseando-se numa plataforma rotulada “A Dinamarca para o povo” ou no slogan “Stauning ou o caos”. Pretendia-se forjar uma robusta unidade nacional em torno à democracia, e o pavilhão nacional, o *Dannebrog*, tremulava ao lado das tradicionais bandeiras vermelhas do movimento trabalhista.

Pouco a pouco, desenvolveu-se um forte senso de “nós” nacional, que incluía todos os cidadãos adeptos dos princípios da democracia e dos valores humanitários a ela subjacentes, em oposição ao “eles” do extremismo político contrário a essas mesmas ideias. Assim, a maioria estigmatizava os comunistas e os nazistas não só por serem inimigos da democracia como também pelo seu caráter “antidinamarquês”, ou seja, como indivíduos à margem da sociedade, tolerados, mas não aceitos como parte da comunidade. Essa escolha deliberada entre “nós” e “eles” determinaria o destino da Dinamarca e de muitos dinamarqueses durante os tempos turbulentos que estavam por vir. Efetivamente, era isso que ela devia fazer.

No entanto, a mobilização política não resolveu a questão da defesa militar nem a do limite entre a Dinamarca e a Alemanha. Depois de um século de batalha e guerra por causa dessa questão, o Tratado de Versalhes e um referendo em 1920 enfim demarcaram uma fronteira entre os dois países. Essa linha seguiameticulosamente a maioria nacional em cada aldeia, deixando o mínimo possível da minoria germanófona ao norte do limite e, do mesmo modo, o mínimo de danófonos ao sul. Mas a Alemanha jamais reconheceu essa demarcação sinuosa e retorcida que se estendia na base da Jutlândia (Jylland): apesar da consulta popular de 1920, continuou encarando-a como parte dos ditames injustos de Versalhes. Pior ainda: era uma linha não fortificada em terras baixas, que tornava difícil — se não impossível — a defesa contra os blindados alemães. Não admira que nem a Grã-Bretanha nem a Suécia pudessem ou

quisessem socorrer a Dinamarca e que os dois países evitassem com muita cautela qualquer sinal que pudesse ser interpretado pela Dinamarca — ou pela Alemanha — como uma garantia militar da fronteira de 1920.

Diante desse pano de fundo, muitos partidos da coligação governante achavam impossível a defesa militar dinamarquesa contra um resoluto ataque alemão. Mas o primeiro-ministro percebeu que renunciar a defender o seu país, mesmo que com pouquíssimas chances e contra um inimigo poderosíssimo, não era uma opção. No mínimo, o governo precisava demonstrar que havia tentado todas as possibilidades e envidado todos os esforços. Em 1931, contrariando seu ministro das Relações Exteriores e parceiro de coalizão, o premiê Stauning nomeou comandante do Exército o mais fervoroso advogado da defesa nacional, o general Erik With. Ao contrário do almirante no comando da Marinha, o general ardentemente conservador e anglófilo acreditava na importância e na possibilidade da defesa territorial. Abandonou essa crença cinco anos depois, tendo explorado em vão todas as estratégias militares possíveis. Apesar do seu esforço e dos contatos secretos com o alto-comando sueco, With não conseguiu apresentar um plano plausível de defesa da Dinamarca contra o crescente poderio militar da Alemanha em terreno plano e sem perspectiva de reforço.

Os quatro antigos partidos democráticos se ajustaram lentamente ao inevitável: se a Alemanha exigisse algo da Dinamarca, inclusive o acesso ao seu território, a única coisa que o país podia fazer era se curvar o mais depressa possível para que Hitler não se desse ao trabalho de destruí-lo. Esse era o motivo da oposição do ministro das Relações Exteriores a qualquer consulta informal entre Hitler e o rei. O governo tinha consciência de que o menor indício de conversações sobre a fronteira com a Alemanha nazista certamente levaria a exigências que a Dinamarca não podia enfrentar. O país não tinha condições de negociar com o Reich — muito menos de dizer não. Isso ficou ainda mais patente em maio de 1939, quando Hitler impôs um pacto bilateral de não agressão à Dinamarca, o único dos três países escandinavos que não se atreveu a recusá-lo.

O Pacto de Não Agressão nazi-soviético de agosto de 1939 confirmou os piores temores da Dinamarca: as potências totalitárias tinham mais em comum do que as suas invectivas ideológicas pareciam sugerir. O pacto ajudou a desencadear a guerra, e o destino da Polônia durante suas primeiras semanas

deixou bem claro que mesmo um exército substancialmente maior e mais bem equipado que o dinamarquês tinha pouca chance de deter a máquina de guerra alemã — e que o preço de tentar fazê-lo era cruel e destrutivamente alto. Coisa que o ataque soviético à Finlândia, um país igualmente nórdico e neutro, confirmou naquele outono. Apesar da sua obstinada e heroica resistência nas glaciais regiões polares, a Grã-Bretanha e a França não vieram em socorro da Finlândia, que, lutando sozinha durante o inverno, encarou a inevitabilidade da derrota. A Dinamarca estremeceu, sujeitou-se e reafirmou sua neutralidade. Todo o mundo se deu conta de que o pior ainda estava por vir — e que o país pouco podia fazer para evitá-lo.

Ocupação pacífica

O pior aconteceu na manhã de 9 de abril de 1940, com a invasão alemã da Dinamarca e da Noruega. De madrugada, a Alemanha iniciou o primeiro ataque combinado por terra, mar e ar, desembarcando tropas simultaneamente em quinze lugares diferentes em todo o país, inclusive no centro de Copenhague. A magnitude e a força do assalto pegaram a Dinamarca de surpresa. Em meio à confusão, o embaixador alemão entregou ao aturdido ministro das Relações Exteriores P. Munch um ultimato estabelecendo um conjunto de condições, ofertas e propostas que delineavam um acordo sob o qual o país podia conservar parte de sua soberania desde que o governo optasse por não lançar uma defesa sem quartel.

No seu diário pessoal, o rei Cristiano conta que foi convocado a uma sessão urgente do conselho de Estado, às 5h30 da madrugada, e que, relutante, mas energicamente, rejeitou o conselho do general no comando de continuar lutando apesar da ameaça imediata de destruição da capital e de baixas civis maciças. Muitos bombardeiros pesados alemães sobrevoavam Copenhague, e o rei escreveu: “Eu considerei inútil seguir lutando contra tal supremacia e ordenei o cessar-fogo e o início das negociações”.⁴

Os combates foram suspensos virtualmente antes de ter começado, e o governo aceitou as condições alemãs “sob protesto”. A Alemanha tomaria a Dinamarca “sob proteção” com base em três compromissos cruciais que o governo danês extraiu do ultimato daquela manhã: os ocupantes respeitariam

a neutralidade permanente do país e não o obrigariam a entrar na guerra. Além disso, a Alemanha dava garantias de que não “interferiria na integridade territorial nem na independência política do reino da Dinamarca”. Isso significava que, além de o país ficar fora da guerra, a fronteira de 1920 seria reconhecida pela primeira vez, e Berlim não interferiria em seus assuntos internos. A democracia podia ficar.

Naquele mesmo dia, o primeiro-ministro Stauning, juntamente com seu antigo parceiro de coligação e os dois partidos democráticos oposicionistas, formou um governo de unidade nacional responsável pela cooperação com as autoridades alemãs. Os políticos rotularam esse constructo de “política de negociação”, indicando que dali por diante todas as questões entre os países ocupante e ocupado seriam resolvidas mediante negociações. Os críticos dessa posição tendiam a usar a expressão “política de colaboração” para indicar que a negociação se baseava na ficção da Dinamarca ainda soberana e na ficção da sua neutralidade continuada, ambas contestadas pelo fato de a Alemanha nazista manter todo o país ocupado. Na verdade, o governo dinamarquês agia sob coação, e, naturalmente, as negociações eram conduzidas sob a ameaça constante da imposição de uma administração totalmente nazista paralela ao desdobramento na Noruega, onde a resistência armada e a ocupação violenta tinham mandado o governo constitucional e o rei Haakon VII para o exílio e instalado um governo nazista direto em colaboração com o líder nazista norueguês Vidkun Quisling.

De modo que a situação na Dinamarca se escorava no entendimento peculiar de que o país era objeto de uma “ocupação pacífica”. De fato, a Alemanha havia ocupado o vizinho neutro, mas com o mínimo de violência, sem que se tivesse declarado estado de guerra e, portanto, sem que ela assumisse a responsabilidade pelos assuntos internos da Dinamarca. Havia muitos problemas associados a esse design inusitado, mas também havia benefícios para os dois países. Do ponto de vista danês, um deles era o fato de a ocupação pacífica preservar todas as instituições fundamentais da sociedade democrática e proteger o país da nazificação imposta às outras nações ocupadas. Isso também impedia a perseguição aos judeus dinamarqueses, que eram plenamente integrados à sociedade. O governo rejeitou coerentemente leis ou disposições especiais relativas aos israelitas. Neste e em outros pontos-chave, os políticos eleitos foram intransigentes, postura essa reforçada pelo rei Cristiano, cujo

apoio foi decisivo porque ele era o único que podia outorgar legitimidade constitucional a um governo e porque não tardou a se transformar num símbolo popular de esperança de que a Dinamarca recuperasse a liberdade perdida.

Enquanto a guerra favoreceu a Alemanha, a cooperação dinamarquesa com as forças de ocupação tornou-se cada vez mais proativa, procurando assegurar efetivamente a produção e as exportações da Dinamarca para as regiões controladas pela Alemanha. No verão de 1940, o governo de unidade nacional foi reestruturado de modo a se tornar menos “político” e mais ativo na cooperação econômica e comercial. Um diplomata veterano da bem-sucedida política danesa de neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial, Erik Scavenius, foi trazido de volta da aposentadoria e uma vez mais nomeado ministro das Relações Exteriores, agora na problemática interseção entre os representantes da Alemanha e as autoridades dinamarquesas. Ele foi persuadido a se responsabilizar por mais cooperação com a Alemanha nazista do que os políticos eleitos achavam necessária, mas sabia que seria altamente impopular no eleitorado. Relutou em assumir o papel de bode expiatório e não tinha ilusões quanto à resistência da espinha dos políticos eleitos. Conta-se que, quando da sua nomeação, um colega perguntou ao primeiro-ministro Stauning se o novo ministro das Relações Exteriores não seria demasiado simpático com os alemães. Stauning teria respondido: “Scavenius? Ele não é simpático com ninguém!”.

No dia 18 de setembro de 1940, quando a bem-sucedida campanha alemã no oeste chegou ao fim e a Batalha da Grã-Bretanha se intensificou, Cristiano X discutiu a questão judaica com o premiê Stauning. No seu diário pessoal, alude à conversa, que girou em torno ao temor de que a Alemanha impusesse a deportação dos judeus dinamarqueses:

Eu interpus que, a julgar pela atuação alemã no passado, é de esperar que eles exijam a expulsão dos judeus que estiverem presentes e que eu rejeite decididamente tal exigência. O primeiro-ministro foi da mesma opinião e acrescentou que a questão já tinha sido levantada pelos líderes em Berlim, mas o presidente do Banco Nacional [o ex-dirigente social-democrata Carl Valdemar Bramsnaes] a rejeitara dizendo que “na Dinamarca não há questão relativa aos judeus”. Eu

assinalei que tinha reparado que, quando nós éramos determinados, os alemães recuavam.⁵

Alguns meses depois, o monarca e o premiê voltaram a tocar no tema durante uma conversa particular, e, segundo o seu diário, Cristiano afirmou “que considerava os nossos judeus cidadãos dinamarqueses, e os alemães não podiam tocar neles. O primeiro-ministro concordou e acrescentou que quanto a isso não havia a menor dúvida”.⁶

Os alemães sabiam que uma ação contra os judeus dinamarqueses significaria o fim da cooperação. Sempre que as autoridades alemãs colocavam a questão, os políticos, de um modo ou de outro, alegavam que sua legitimidade e, portanto, sua capacidade de manter a maquinaria da sociedade em funcionamento emanavam exclusivamente do mandato outorgado pelos eleitores. Se essa confiança fosse traída, o povo perderia o respeito por eles e deixaria de acatar suas leis e instruções: a resistência se generalizaria e o design cuidadosamente estruturado da cooperação pacífica entraria em colapso.

A maioria dos alemães aceitava esse argumento, não por sentimentalismo ou excesso de respeito pelas restrições dos políticos por conta dos eleitores. Aceitava-o por acreditar que os dinamarqueses reagiriam exatamente como diziam os políticos. Se a potência ocupante pressionasse nesse ponto, teria de assumir toda a responsabilidade pela comunidade e manejá-la Dinamarca como manejava os outros países ocupados: com violência e força. Essa possibilidade estava sempre presente, é claro, mas a Alemanha tinha grandes vantagens no constructo da cooperação. Até 1943, a Wehrmacht não precisou de mais de 20 mil homens na Dinamarca para manter a ocupação. No entanto, esse número aumentou substancialmente com o temor cada vez maior dos alemães de uma iminente invasão aliada na costa ocidental da Jutlândia, e se estima que o contingente alemão tenha chegado a 150 mil no fim de 1943, predominantemente unidades exaustas ou então novas ainda em fase de treinamento para o combate.⁷ Em comparação, a Alemanha mantinha de 300 mil a 450 mil soldados na estrategicamente mais importante e geograficamente mais complicada Noruega.

Ademais, a indústria e em especial a agricultura danesas forneciam cada vez mais suprimentos essenciais à potência ocupante. Os dois fatores entravam em jogo nas discussões em Berlim. Talvez uma terceira consideração fosse

fundamentalmente a mais importante: a ocupação pacífica da Dinamarca era, na ótica de Hitler, o próprio modelo do controle que a Alemanha exerceeria sobre a Europa quando o Terceiro Reich prevalecesse. Enquanto as regiões e populações do Leste eram colonizadas e exploradas — aliás, geralmente obliteradas — a fim de expandir o *Lebensraum* alemão, os países e as populações do Norte e do Oeste da Europa estavam numa situação mais afortunada. A Dinamarca era um caso especial, tanto racialmente quanto porque o governo optara desde o princípio por basear sua política na cooperação.

Assim, o design dinamarquês não se limitava a ser prático e útil. Também era uma confirmação da nova ordem europeia — a *Neuropa* — que Hitler pretendia criar. Em termos ainda mais cínicos, transformava a Dinamarca num laboratório político vivo dos arranjos práticos numa futura Europa dominada pelo Terceiro Reich. Ao mesmo tempo, porém, a soma dos interesses alemães em manter a colaboração viva dava à Dinamarca um terreno incrivelmente firme em seu constante cabo de guerra com a potência ocupante, que, desde o começo, passou a cortar pedaços daquelas que em breve ficaram conhecidas como “as promessas de 9 de abril”.